

**O “ABANDONO VOLUNTÁRIO DO LAR”:  
EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA  
E ESTUDO LÉXICO-SEMÂNTICO DE UMA AÇÃO ORDINÁRIA  
DE DESQUITE DO INÍCIO DO SÉCULO XX**

*Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto (UEFS)*

[nilce11.barreto@gmail.com](mailto:nilce11.barreto@gmail.com)

*Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)*

[rcrqueiroz@uol.com.br](mailto:rcrqueiroz@uol.com.br)

### ***1. Considerações iniciais***

O ser humano, ao longo de sua história, sempre buscou imprimir nas linhas do tempo as suas marcas culturais, a fim de que gerações posteriores tivessem a possibilidade de conhecer o seu modo de pensar e de agir, bem como as suas ideias, os seus sentimentos, medos, alegrias e angústias. Assim, com o advento da escrita, tornou-se mais fácil perpetuar o *modus vivendi* de cada povo.

Entretanto, com o passar dos séculos, os documentos escritos, que são vistos como um bem incontestável para a humanidade, passaram a ser salvaguardados em acervos públicos e privados, o que não os isentaram de estarem suscetíveis à deterioração devido às ações do tempo, que mutilam não apenas o suporte material como também o conteúdo. A destruição de documentos não representa somente o estrago do suporte físico, mas também e, principalmente, a perda da história e da memória de um povo ou de um grupo de povos, visto que o texto escrito é uma forma de manter viva a cultura de sociedades pretéritas e presentes.

Dessa forma, ao se perder um documento escrito, também se submergem as informações contidas neste e, conseqüentemente, a língua utilizada pelo povo que o produziu, visto que “[...] a língua interpreta a sociedade. A sociedade torna-se significante na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 98). Portanto, quando se preserva um texto escrito, também se conserva o patrimônio cultural de um grupo particular, pois língua e cultura estão relacionadas, sendo que a primeira transmite e reflete muitos emblemas e signos culturais.

## **2. *Língua, sociedade e cultura: eis um tripé indissociável***

É impossível pensar em língua sem levar em consideração os aspectos sócio-histórico-culturais de um povo, pois a língua(gem) se constitui como expressão da cultura, patrimônio individual e coletivo e como instrumento de comunicação.

A língua, vista como meio de comunicação, se estrutura e se configura para representar as expressões identitárias-culturais de uma dada comunidade, pois palavras isoladas da cultura não apresentam sentidos claros ou precisos, ou melhor, sabe-se que a “[...] palavra nasce neutra (em estado de dicionário), [e somente] ao se contextualizar, ela passa a expressar valores e ideias, transitando ideologias, cumprindo um amplo espectro de funções persuasivas [...]” (CITELLI, 1995, p. 30). Assim, as palavras só se configuram, socialmente, a partir do momento em que estão imersas em contextos socioculturais.

Entretanto, ao se correlacionar língua e cultura, pode-se chegar à conclusão de que a linguagem “[...] é, iminentemente, um fato social [pois] tem-se, frequentemente, repetido que as línguas não existem fora dos sujeitos que as falam, e, em consequência disto, não há razões para lhes atribuir uma existência autônoma, um ser particular” (MEILLET, 1906 apud ALKMIM, 2001, p. 24).

Assim, ao se refletir sobre as relações existentes entre língua, cultura e sociedade, pode-se questionar o que vem a ser mesmo língua? E quais as analogias que se podem fazer entre língua, sociedade e cultura? Em relação ao sistema linguístico, Pires (2006, p. 61), diz que a língua:

[...] é um sistema de signos que é visto como um valor cultural em si mesma. Os falantes identificam-se com os demais membros do grupo social através da língua e eles consideram a sua língua um símbolo da sua identidade social. Por conseguinte, pode dizer-se que a língua é uma realidade cultural.

Corroborando a afirmativa de Pires (2006), Benveniste (2006, p. 97) diz que:

[...] a língua nasce e se desenvolve no seio da comunidade humana, ela se elabora pelo mesmo processo que a sociedade, pelo esforço de produzir os meios de subsistência, de transformar a natureza e de multiplicar os instrumentos.

Inevitavelmente, ao se falar em língua, também são tomados por conhecimento os aspectos culturais de uma sociedade, pois a cultura “[...] é entendida como um produto histórico-social, e por isso não se pode entendê-la/ compreendê-la sem o passado. Cada estado cultural é um está-

gio [...] que emerge de um passado e se projeta para o futuro” (MELO, 1974, p. 19-20). Dessa forma, nota-se claramente que ao se estudar a língua em um determinado período, compreende-se também os valores culturais e identitários de povos de épocas pretéritas que se refletem no presente ou vice-versa.

Devido a essa necessidade de perpetuação da cultura, as nações, de modo geral, sempre criaram/criam meios para preservar a sua identidade refletida nos pilares culturais. A língua escrita, então, aparece como um desses mecanismos que serve para a conservação identitária e cultural de um determinado povo, observada a partir das construções textuais e/ou discursivas.

Partindo-se desse pressuposto, podemos, então, notar que as palavras ditas por Benveniste (2006, p. 97-98) se fortalecem ainda mais, pois, segundo esse autor:

[...] a língua é o interpretante da sociedade [...] pelo fato de que se pode isolar a língua, estudá-la e descrevê-la por ela mesma sem se referir a seu emprego na sociedade, e sem se referir a suas relações com as normas e as representações sociais que formam a cultura. Em contrapartida, é impossível descrever a sociedade, descrever a cultura, fora de suas expressões linguísticas. Neste sentido a língua inclui a sociedade [...].

Desta forma, torna-se evidente que é impossível falar em sociedade sem se levar em consideração a língua utilizada pelos membros que compõem aquela, pois as “expressões linguísticas” são os reflexos das características socioculturais de um grupo de pessoas. Além disso, através do uso atribuído à língua(gem) dentro de uma determinada comunidade, é possível traçar os caminhos que o sistema linguístico percorre(eu) ao longo do tempo e que configura(ou) a sociedade que o utiliza(va).

### **3. *Nas trilhas da filologia***

A edição de documentos de épocas pretéritas é uma prática realizada há séculos pelos estudiosos da língua. Primariamente, isso era feito na antiga biblioteca de Alexandria, no Egito, pelos filólogos alexandrinos, a fim de salvaguardar as informações presentes nas obras de Homero. No entanto, esse trabalho de conservação dos escritos homéricos era feito de maneira assistemática, ou seja, não havia critérios específicos e nem científicos para a edição dos documentos.

Somente a partir do século XIX, com a consolidação da filologia, enquanto ciência, é que se obtiveram mecanismos criteriosos para a realização de edições precisas, o que, conseqüentemente, se convencionalizou como métodos claros, objetivos e eficazes para que fossem trazidos à tona textos fidedignos, visto que:

A necessidade de constituir textos autênticos se faz sentir quando um povo de alta civilização toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo as obras que lhe constituem o patrimônio espiritual; salvá-las não somente do olvido como também das alterações, mutilações e adições que o uso popular ou o desleixo dos copistas nelas introduzem necessariamente (AUERBACH, 1972, p. 11).

Assim, é notório que a conservação de textos genuínos se realiza, eficazmente, com o apoio técnico-científico da filologia, a qual é concebida como:

[...] uma ciência aplicada, dado que o seu escopo, a sua finalidade específica é fixar, interpretar e comentar os textos. De modo que o conhecimento científico da língua funciona como meio, como instrumento para que a ciência atinja seu fim próprio (MELO, 1967, p. 23).

Dessa forma, através do *labor* filológico se pode realizar a edição de inúmeros textos, sejam estes pretéritos ou presentes, o que possibilita a constituição de uma análise mais sistemática e científica da língua presente no documento. Porém, o tipo de edição textual fica a critério do editor e do texto que se tem em mãos, assim há para este fim a possibilidade de inúmeros tipos de edições, a saber, a edição diplomática, paleográfica (também denominada de semidiplomática), interpretativa, modernizada, crítica e genética (CAMBRAIA, 2005).

Contudo, abordar-se-á neste trabalho apenas a edição semidiplomática, segundo a qual a intervenção do editor é de grau mediano, ou seja, as intervenções feitas são advertidas durante a consolidação do trabalho, a partir de critérios previamente estabelecidos, o que permite que o texto possa ser acessado por uma maior quantidade de pessoas interessadas.

#### **4. O corpus**

O *corpus* deste trabalho é composto por uma ação ordinária de desquite do início do século XX. Para a seleção desse documento foram levados em consideração dois motivos principais. O primeiro é que, por se tratar de um documento que está suscetível à deterioração, fato consta-

tado a partir da observação de algumas mutilações feitas pelas ações do tempo, como por exemplo, manchas, borrões e partes corroídas por insetos; bem como pelas ações de terceiros, como por exemplo, presença de rabiscos com caneta de tinta azul; etc.

De acordo com o viés da crítica textual, observa-se que através da edição semidiplomática ter-se-á o acesso ao conteúdo do texto e ao mesmo tempo a sua preservação, por isso foi imprescindível que a edição fosse iniciada imediatamente enquanto o suporte material ainda permite o seu manuseio. O segundo motivo para a seleção desse documento é que, através desse texto podem ser percebidos alguns aspectos da história de Feira de Santana - BA, visto que o presente documento apresenta informações valiosíssimas sobre esta cidade no início do século XX, pois há um rico vocabulário que faz menção a diversos campos lexicais, como por exemplo, o de nome de ruas, o de profissões, o das relações matrimoniais, o das relações de parentesco etc.

Realizou-se a edição semidiplomática de alguns fólios da ação ordinária de desquite, pertencente ao Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC) – localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, com a seguinte classificação: Processo Cível - Subsérie: Ação Ordinária de Desquite, pertencente à cidade de Feira de Santana-BA, constando a localização: Estante 03, Caixa 65 e Documento 753, lavrado no período de 1919-1922, solicitada por Dona Albertina da Motta Barretto (Autora) contra seu marido Antonio Alves Barretto (Réu).

Além disso, este trabalho também conta com o estudo e análise de algumas lexias constantes do vocabulário presente no documento, tendo como base teórica o Sistema Racional de Conceitos de Hallig e Wartburg (1963), que trata da onomasiologia. Assim, optou-se por estudar o vocabulário desse texto por essa tarefa ser de uma importância inquestionável, pois é no vocabulário que se “[...] conserva testemunhos insubstituíveis sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos, sobre os modos de produção que foram sucessiva ou simultaneamente empregados, etc.” (BENVENISTE, 2006, p. 100).

Para a realização da edição semidiplomática foram adotados alguns critérios, como:

- Para a descrição, observa-se:
  - 1) Número de colunas;
  - 2) Número de linhas da mancha escrita;

- 3) Existência de ornamentos;
  - 4) Maiúsculas mais interessantes;
  - 5) Existência de sinais especiais;
  - 6) Número de abreviaturas;
  - 7) Tipo de escrita;
  - 8) Tipo de papel;
  - 9) Data do manuscrito
- Para a transcrição, opta-se por:
    - 1) Respeitar fielmente o texto: grafia (letras e algarismos), linha, fólio etc.;
    - 2) Indicar o número do fólio à margem direita;
    - 3) Numerar o texto linha por linha, indicando a numeração de cinco em cinco, desde a primeira linha do fólio;
    - 4) Separar as palavras unidas e unir as separadas;
    - 5) Desdobrar as abreviaturas, apresentando-as em itálico;
    - 6) Utilizar colchetes para as interpolações.

Portanto, através da edição semidiplomática e do estudo do vocabulário, poder-se-á compreender que estudar os aspectos socioculturais de Feira de Santana e dos envolvidos na ação de desquite citada anteriormente, inevitavelmente levará ao conhecimento da história e da cultura feirenses, ou melhor, poder-se-á descortinar os aspectos sócio-histórico-linguístico-culturais da sociedade de então, fazendo com que as características sejam observadas em um estudo sincrônico, sendo retomadas na atualidade, o que torna esse estudo também diacrônico, pois há a possibilidade de se identificar a relação existente na língua usada, através do vocabulário, no período de 1919-1922, com a utilizada nos dias atuais na cidade de Feira de Santana-BA.

Além disso, esse estudo também contribuirá para o aumento dos estudos sobre o léxico, mais especificamente para os estudos do vocabulário, sob a ótica da teoria do sistema racional de conceitos proposta por Hallig e Wartburg (1963), presente em um documento cível de décadas

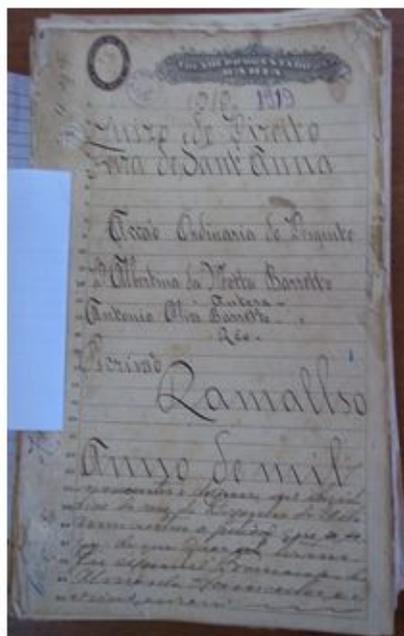
passadas, pois é uma maneira de evidenciar, através desse tipo de análise, as características da língua e da sociedade de outrora, porque estudos feitos a partir de textos do passado apontam evidências de como funciona o sistema linguístico ao longo do tempo.

#### 4.1. O documento em foco: “Acção ordinaria de desquite”

##### 4.1.1. A edição do documento

##### *Fólio 3r da Acção Ordinaria de Desquite*

|    |                                  |         |
|----|----------------------------------|---------|
|    | 1919                             | 1919    |
|    | JUIZO DE DIREITO                 |         |
| 5  | FEIRA DE SANT'ANNA               |         |
|    | Acção Ordinaria de Desquite      |         |
| 10 |                                  |         |
|    | Dona Albertina da Motta Barretto |         |
|    | -autora-                         |         |
| 15 | Antonio Alves Barretto           |         |
|    | -Réo-                            |         |
|    | Escrivão                         |         |
|    |                                  | Ramalho |
| 20 |                                  |         |
|    | ANNO DE MIL                      |         |
|    | Novcentos e dezenove, aos dezoit |         |
| 25 | Dias do mez de Dezembro do dito  |         |
|    | Anno autor a petição que se se-  |         |
|    | gue, do que faço este termo      |         |
|    | Eu Manuel Francisco de           |         |
|    | Almeida do Ramalho Es-           |         |
| 30 | crivão, escrevi.                 |         |



#### 5. O léxico: o espelho linguístico-cultural

Desde a criação do mundo, o ser humano sentiu a necessidade de comunicação entre os membros de sua comunidade. Para isso, ele passou a estabelecer a relação entre nome e coisa nomeada, ou seja, foi estabelecido o signo linguístico (SAUSSURE, 1970).

Sabe-se que o signo linguístico é arbitrário e que, ao utilizá-lo, consequentemente “entram em cena” os estudos do léxico. Estes, por sua vez, só foram realizados a partir de Panini, no século IV a. C. na Índia, ao estudar o sânscrito. Compreende-se que o léxico é um sistema aberto que abarca uma infinidade de palavras e que está em constante movimento, por isso estudá-lo implica no conhecimento da história do povo que o constitui, visto que representa a cultura deste em um determinado período (ABBADE, 2006).

É através dos estudos do léxico que se pode explicar a existência, em uma mesma língua, de lexias sinônimas ou polissêmicas quando se compreende os fatores sócio-histórico-culturais que estão envolvidos nessa questão, eis, então, a relação intrínseca entre língua, sociedade e cultura.

Além do mais, pelo fato de o léxico ser a unidade mais dinâmica da língua, está suscetível a inovações lexicais a todo tempo, aquele:

[...] pode ser considerado como o tesouro vocabular de uma determinada língua. Ele inclui a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não linguísticos e de todos os referentes do mundo físico (M 1) e do universo cultural (M 3), criado por todas as culturas humanas atuais e do passado. Por isso, o léxico é o menos linguístico de todos os domínios da linguagem. Na verdade, é uma parte do idioma que se situa entre o linguístico e o extralinguístico (BIDERMAN, 1981, p. 138).

Assim, estudar os aspectos lexicais ou o vocabulário de uma dada língua permite que características linguísticas e extralinguísticas sejam percebidas e estudadas, a partir de esferas variadas, pois através da “[...] análise do léxico realizada por [...] estudiosos do vocabulário e da semântica, assumiu denominações várias: campos semânticos, campos léxicos, campos conceptuais, campos nocionais” (BIDERMAN, 1981, p. 131). Portanto, neste trabalho, abordar-se-á o estudo do vocabulário a partir dos campos conceptuais, visto que serão respeitadas as divisões e subdivisões da pirâmide tripartite proposta no Sistema Racional de Conceitos de Hallig e Wartburg (1963), a qual apresenta três esferas distintas: I – O universo, II – O homem e III – O homem e o universo.

No entanto, para as entradas lexicais também foram adotados alguns critérios, tais como: as lexias são apresentadas em letras maiúsculas, seguidas pela classificação genérica da categoria gramatical a que pertencem; as lexias compostas são classificadas como locução; as entradas dos nomes são feitas pelo masculino e feminino singular; as entradas dos verbos são feitas pelo infinitivo; após a entrada e a classificação a-

presentar-se-á a significação da lexia no contexto específico, seguida de um exemplo do texto e o respectivo fólio e linha(s); e os exemplos são apresentados em negrito (QUEIROZ, 2002).

## 5.1. O vocabulário

### A – O UNIVERSO

#### I – Céu e atmosfera

**NOITE** (s.f.): ‘tempo que transcorre entre o poente e o nascer do Sol’.

**Contexto:** “[...] testemunha, e nesta dita **noite** / sua mulher o ameaçara [...]”. (f. 29r, l. 26).

### B - O HOMEM

#### I - O homem, ser físico

##### a) O sexo

**HOMEM** (s.m.): ‘ser humano’.

**Contexto:** “[...] Os actos instinctivos são actos que o **homem** / produz sem reflexão, pelo desenvolvimento / espontâneo de sua actividade natural [...]” (f. 37r, l. 11-13).

#### II - A alma e o intelecto

##### a) Atitudes

**ABANDONAR** (v.t.): ‘deixar, largar, desamparar’.

**Contexto:** “[...] **abandonar** o lar, para, como disse, evitar [...]” (f. 41r, l. 29; f. 42 v, l. 12);

**OCUPAR** (v.t.) ‘tomar posse de; instalar-se, acomodar-se’.

**Contexto:** “[...] mais não lhe permittia **ocupar** o mesmo [...]” (f. 42v, l. 14;).

### III - O homem, ser social

#### A- Vida da sociedade

##### a) Relações de parentesco

**FILHO** (s.m.): ‘pessoa do sexo masculino em relação aos seus pais’.

**Contexto:** “[...] direitos dos seus **filhos**, não permitiui afinal [...]”. (f. 2v, l.24).

**IRMÃO** (s.m.): ‘filho dos mesmos pais; irmandade’.

**Contexto:** “[...] dos carinhos dos seus **irmãos** e com a pensão [...]” (f. 2r, l.30);

**MÃE** (s.f.): ‘mulher ou fêmea que deu à luz a um ser’.

**Contexto:** “[...] Agora, por motivo do falecimento de sua / pranteada **mai Dona Maximiana de Almeida** [...]”. (f. 2v, l.11).

**PAI** (s.m.): ‘progenitor’.

**Contexto:** “[...] que o seu **pai** - Coronel Agostinho Froes da Motta [...]” (f. 2v, l.7).

##### b) Casamento

**CASADA** (adj.): ‘que(m) contraiu matrimônio’.

**Contexto:** “[...] Albertina Motta Barreto, brasileira, **casada** [...]” (f. 5r, l.26).

**MARIDO** (s.m.): ‘homem em relação à mulher com quem se casou; esposo’.

**Contexto:** “[...] requerido o seu desquite - o seu dicto **marido** [...]”. (f. 2v, l.14).

**MULHER** (s.f.): ‘mulher, pessoa do sexo feminino’.

**Contexto:** “[...] a ilegalmente propoe contra mim / minha **mulher** Albertina da Motta [...]” (f. 3r, l. 15; f. 11 v, l. 14).

#### B) Homem no trabalho

##### a) Profissões e ocupações diversas

**ADVOGADO** (s.m.): ‘pessoa habilitada a prestar assistência jurídica’.

**Contexto:** “[...] ao seu Procurador e **Advogado** abaixo declarado [...]” (f. 5r, l.19).

**ESCRIVÃO** (s.m.): ‘titular de cartório ou ofício que escreve ou subcreve autos, termos de processo, atas e outros documentos de fé pública’.

**Contexto:** “[...] Senhor, Juiz de Direito da Co-/ marca, comigo **escrivão** de [...]”. (f. 7r, l. 28).

**JUIZ DE DIREITO** (loc. subst.): ‘aquele que é togado e administra a justiça em primeira instância’.

**Contexto:** “[...] Mere / tissimo Senhor Doutor **Juiz de Direito** para que este [...]” (f.6r, l.14).

**NEGOCIANTE** (adj.): ‘indivíduo que faz negócios; comerciante’.

**Contexto:** “[...] Joaquim Anacleto de Oliveira, / com sessenta e cinco anos / de idade, casado, **negociante** [...]”. (f. 27r, l.12-15).

**OFFICIAL DE JUSTIÇA** (loc. subst.): ‘empregado, administrativo ou judicial, encarregado de fazer intimações, citações etc.’

**Contexto:** “[...] Mando ao **Oficial de Justiça** [...]”. (f. 10r, l.13).

**PORTEIRO** (s.m.): ‘funcionário que controla a portaria dos edifícios, distribui a correspondência etc.’

**Contexto:** “[...] com o dito advogado e o **porteiro** [...]”. (f. 32v, l.2-3).

**PROMOTOR PÚBLICO** (loc. subst.): ‘membro do Ministério Público que defende a sociedade e atua como acusador’.

**Contexto:** “[...] *Senhor Doutor Promotor Publico*, nesta comarca, para / na forma disposta no § 9º do artigo 205 - [...]”. (f. 3v, l.28-29).

**TABELLIÃO** (s.m.): ‘escrivão público’.

**Contexto:** “[...] diante de / mim, **Tabellião**, compareceu como Outorgante *Dona* [...]”. (f. 5r, l.25).

## 6. *Considerações finais*

A tarefa de edição de textos, mesmo sendo muito antiga, ainda é necessária na atualidade, pois há muitos documentos escritos que guardam consigo informações raríssimas, muitas das vezes desconhecidas, visto que uma boa parte deles ainda se encontra no olvido e no ostracismo. Assim, é importante salientar a necessidade de se realizar a edição de textos de épocas pretéritas e/ou presentes, a fim de salvaguardar os dados constantes naqueles. Para isso, o editor tem à disposição vários métodos que permitem a execução da edição de documentos manuscritos, os quais possibilitam a preservação das informações contidas nos textos.

Além do mais, a partir da edição textual se pode realizar inúmeros estudos de diferentes áreas do conhecimento com o intuito de se conhecer as características sócio-histórico-linguístico-culturais do povo que produziu tais escritos, sendo que uma das vias que se possui para conhecer a língua de determinada comunidade é observando o vocabulário utilizado por esta, pois é no nível do léxico que são mais perceptíveis os aspectos socioculturais, pelo fato de aquele ser dinâmico e ser o reflexo da cultura daqueles que o constitui.

Portanto, ao se desvendar alguns aspectos da língua, da cultura e da história dos que produziram o documento abordado neste trabalho, pode-se perceber, mesmo que superficialmente, devido ao caráter inicial da empreitada realizada aqui, tanto as relações existentes entre o casal, alvo da separação judicial, quanto as referências feitas aos campos lexicais relacionadas aos nomes de rua, profissões e relações de parentesco evidenciadas na ação de desquite supracitada.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. O estudo do léxico. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; SANTOS, Rosa Borges dos (Orgs.). *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 213-225.

ALKMIM, Tânia M. Sociolinguística: parte 1. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001, v. 1, p. 21-47.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2006.

BIDERMAN, Maria Thereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMT, 2001, p. 13-22.

\_\_\_\_\_. A estrutura mental do léxico. In: *Estudos de filologia e linguística em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T. A. Queiroz / Edusp, 1981, p. 131-145.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 90-107.

CITELLI, Adilson. Signo e persuasão. In: \_\_\_\_\_. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1995, p. 23-36.

HOLANDA, Aurélio Ferreira Buarque. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. 4. ed. melh. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

\_\_\_\_\_. *Iniciação à filologia portuguesa*. 3. ed. melh. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

PIRES, Eliane Cristine Raab. *Língua e cultura*. Portugal: Instituto Politécnico de Bragança, 2006.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Introdução metodológica. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão*: edição semidiplomática. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007, p. 23-34.

\_\_\_\_\_. Preservar a memória baiana: a edição de documentos manuscritos dos séculos XVIII ao XX. *Scripta Philologica*, Feira de Santana: U-EFS, Departamento de Letras, n. 2, p. 1-15, 2006.

\_\_\_\_\_. “*Dos benefícios de Deus*”, “*Livro da Consciência e do conhecimento próprio*”, “*Da amizade e das qualidades do amigo*”: Edição e vocabulário onomasiológico de três tratados da obra ascético-mística “Castelo Perigoso” (Cód(s). ALC 199 e ALC 214). 2002. 468f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1970.